



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**----- Acta n.º 237 -----**

-----  
----- Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e seis, pelas quinze horas e trinta minutos, no Auditório do Museu do Vinho Bairrada, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal;-----

----- Ponto dois: Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização para a realização de obras por administração directa até € 750.000, de acordo com o estabelecido no n.º 2, do artigo 18º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho;-----

----- Ponto três: Eleição de um cidadão para integrar o Conselho Consultivo do Hospital José Luciano de Castro de Anadia, nos termos da alínea b) do n.º 1, do artigo 16º, do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto;-----

----- Ponto quatro: Eleição de um cidadão para integrar a Comissão Municipal prevista no n.º 4, do artigo 7º, da Lei n.º 12/2004, de 30 de Março, que estabelece o Regime de autorização a que estão sujeitas a instalação e a modificação de estabelecimentos de comércio a retalho e de comércio por grosso em livre serviço e a instalação de conjuntos comerciais;-----

----- Ponto cinco: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia que, em representação das Freguesias do Concelho, irá integrar o Conselho Municipal de Educação, conforme dispõe a alínea p) do n.º 2, do artigo 3º, do Regimento do mesmo Conselho Municipal;-----

----- Ponto seis: Eleição de um autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 2, do artigo 157º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto;-----

----- Ponto sete: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação dos seus pares, para compor a Assembleia Distrital, de acordo com o previsto na alínea b) do artigo 2º, do Decreto-Lei n.º 5/91, de 08 de Janeiro.-----

----- A Assembleia teve início com a leitura da Acta n.º 236, a qual, colocada a votação, foi aprovada por unanimidade, com trinta e três votos a favor.-----

----- No período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia, prestou algumas informações relativamente às actas das sessões, bem como à revisão do regimento. Começou por falar da questão das actas, tendo referido que para evitar o prolongamento das sessões com a leitura da acta, a mesa procurou legislação que pudesse resolver essa situação, tendo sido finalmente encontrada legislação, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 45362 de 21 de Novembro de 1963, que permite a dispensa da sua leitura na sessão, desde que a mesma seja previamente distribuída por todos os membros, pelo que a mesa irá apresentar uma proposta neste sentido, no decorrer da presente sessão.-----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----- No que se refere à revisão do regimento, o Senhor Presidente da Assembleia referiu que a mesa, apresentará em breve, uma proposta concreta, ouvidos os representantes dos grupos municipais.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou ainda a Assembleia sobre outros assuntos que foram debatidos na conferência de líderes que antecedeu esta sessão.-----

----- Iniciando o período de intervenções, deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos que iniciou a sua intervenção referindo-se às notícias veiculadas na comunicação social relativamente ao possível encerramento do Posto da GNR de Sangalhos bem como à redução do horário de funcionamento da Extensão de Saúde de Sangalhos, tendo agradecido ao Senhor Presidente José Manuel Ribeiro, na qualidade de Deputado à Assembleia da República, todo o seu empenho nesta matéria. Pelo exposto e, considerando importante que seja tomada uma posição nesta Assembleia, o Senhor Deputado apresentou duas moções para o efeito.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu, então, a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas que apresentou três questões dirigidas à Câmara. A primeira questão prende-se com o facto de terem sido colocados pinos, no passeio em frente à Pensão da Curia, os quais impedem a passagem dos carros. A segunda, no sentido de lhe ser indicada qual a previsão para conclusão do saneamento da Curia, e uma terceira questão para saber qual a intenção da Câmara quanto à sinalização das ruas da Curia. Para terminar, apresentou um agradecimento ao Senhor Presidente da Assembleia e à Câmara Municipal por terem proporcionado, aos membros da Assembleia Municipal, uma deslocação a Lisboa para visita à Assembleia da República.-----

----- Após a intervenção do Senhor Deputado António Cavadas, tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para agradecer a mesma, passando a palavra ao Deputado inscrito de seguida, Senhor Daniel Meira.-----

----- O Senhor Deputado Daniel Meira fez uma pequena abordagem às moções apresentadas pelo Senhor Deputado Luís Santos, solicitando ao Senhor Presidente da Assembleia alguns minutos, imediatamente antes da votação, para análise mais profunda das referidas moções e troca de impressões com os subscritores das mesmas. Continuou, referindo que gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, na sequência das notícias recentemente veiculadas na comunicação social sobre o PDM, a razão pela qual não facultou aos vereadores do PS cópia do processo de revisão do PDM. Falando da notícia propriamente dita, sobre uma construção na Freguesia de Aguim, o Senhor Deputado questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a veracidade dos factos noticiados, nomeadamente do licenciamento ou não da obra, referindo não poder solicitar, também, esclarecimentos ao Presidente da Junta de Freguesia em causa, por este não estar presente nesta sessão.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra para prestar alguns esclarecimentos relativamente a questões anteriormente referenciadas. O Senhor Presidente começou por esclarecer que, de facto, na qualidade de Deputado à Assembleia da República, apresentou um requerimento ao Governo, em treze de Janeiro último, no seguimento de rumores relacionados



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com o possível encerramento de dois postos da GNR, nomeadamente Sangalhos e Bustos, no sentido de saber qual a intenção do Governo sobre a matéria e em caso de confirmação de encerramento quais os critérios subjacentes a esta decisão. Entretanto, disse ter recebido uma resposta por parte do Governo que referia que havia um estudo em curso, pelo que, não estando o mesmo concluído e não tendo, ainda, sido definidos critérios para o efeito, não teria sido tomada qualquer decisão sobre a matéria. Acrescentou, ainda, ter voltado a apresentar um outro requerimento sobre o assunto, no dia anterior à presente sessão, tendo em conta os desenvolvimentos que entretanto foram tornados públicos, nomeadamente notícias sobre a garantia dada pelo Governo ao Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro de que não iria encerrar o Posto da GNR de Bustos.-----

----- Relativamente a uma questão levantada pela intervenção do Senhor Deputado Daniel Meira, o Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aguim, assim como o Senhor Deputado Cardoso Leal, justificaram previamente as suas faltas.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra à Senhora Deputada Áurea Mendes, que sobre a Extensão de Saúde de Sangalhos, esclareceu que a mesma irá continuar a funcionar até às vinte e duas horas, alegando que não se justifica o seu funcionamento até às vinte e quatro horas em virtude da taxa de utilização no período compreendido entre as vinte e duas horas e as vinte quatro horas ser diminuta, podendo o dinheiro correspondente ao trabalho dessas duas horas ser canalizado em benefício dos utentes.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia referiu que, relativamente à possibilidade de redução de horário do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) da Extensão de Saúde de Sangalhos, também ele, na qualidade de Deputado à Assembleia da República, apresentou um requerimento ao Governo solicitando informação sobre o assunto e deu de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar alguns esclarecimentos sobre as questões que lhe haviam sido colocadas.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara começou por responder ao Senhor Deputado António Cavadas, relativamente à intervenção feita junto à Pensão da Curia e ao saneamento na Rua do Pinheiro Manso, referindo desconhecer a primeira situação, prometendo, no entanto, informar-se sobre a mesma e, quanto à segunda situação, não saber o que está previsto. Quanto à questão da sinalização nas Avenidas da Curia, o Senhor Presidente esclareceu tratar-se de um assunto complexo, o qual terá de ser tratado, numa primeira fase pela Assembleia de Freguesia e, numa fase posterior, pela Câmara Municipal.-----

----- Respondendo ao Senhor Deputado Daniel Meira, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a Autarquia não licenciou a obra na Freguesia de Aguim, contrariamente ao que foi noticiado, acrescentando que a ineficácia na resolução do problema não é só devida à Câmara Municipal, mas a outras entidades envolvidas no processo. Continuando a falar da notícia, o Senhor Presidente da Câmara elucidou o Senhor Deputado que o outro restaurante



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

mencionado na mesma, foi utilizado e devidamente paga a sua utilização por um partido político, considerando a mesma legítima, porquanto se trata de um espaço particular. Para concluir, referiu, ainda, que não será tão legítima a utilização de espaços públicos, como o Clube de Ancas, para o exercício das actividades políticas de um outro partido do concelho.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Francisco Saraiva, entretanto inscrito para o efeito. Esclarecendo a questão levantada pelo Senhor Deputado António Cavadas, referiu que os mecos foram colocados no referido local com o objectivo de acabar com o estacionamento em cima dos passeios, o que impedia a passagem dos transeuntes. Relativamente à sinalização na Curia, o Senhor Deputado Francisco Saraiva, esclareceu que foi apresentado um pedido na Câmara Municipal para substituição da mesma. Acrescentou ainda que, o Deputado António Cavadas, sempre que o entender, pode dirigir-se à Junta de Freguesia para colocar ao executivo local qualquer tipo de problemas da Freguesia, o que neste caso não fez, preferindo trazê-los directamente para uma sessão da Assembleia Municipal -----

----- Foi então dada a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Aidos que proferiu algumas considerações relativamente às duas moções apresentadas pelo Senhor Deputado Luís Santos. O Senhor Deputado declarou que discorda em absoluto com o que poderá vir a acontecer na sua Freguesia, nomeadamente o encerramento do Posto da GNR e a redução do horário de funcionamento da Extensão de Saúde de Sangalhos, estranhando o facto do Senhor Director da Extensão de Saúde de Anadia não ter conhecimento da referida redução de horário, conclusão a que chegou depois de uma reunião com o mesmo.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu, novamente, a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, o qual referiu, baseando-se na justificação dada pela Senhora Deputada Áurea Mendes, e relativamente à Extensão de Saúde de Sangalhos, que o que está em causa é o problema dos cofres do Estado, colocado acima do bem-estar e saúde das populações. Para concluir, o Senhor Deputado falou do encerramento do Posto da GNR, lamentando o facto de não ser tida em consideração máxima a segurança das pessoas, em detrimento da redução de alguns custos.-----

----- Seguidamente foi dada, novamente, a palavra ao Senhor Deputado Daniel Meira, que começou por dirigir-se ao Senhor Presidente da Câmara, referindo ser a Assembleia o local que considera adequado para solicitar esclarecimentos, pelo que, relativamente à questão do licenciamento da obra de Aguiçã, ficou devidamente elucidado com a resposta do Senhor Presidente. Acrescentou, ainda, considerar acessório tudo que foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara para além da resposta concreta. O Senhor Deputado passou, então, a falar das insinuações feitas pelo Senhor Presidente da Câmara na comunicação social relativamente à responsabilidade exclusiva do Governo da não conclusão do processo de revisão do PDM. O Senhor Deputado apresentou o historial do referido processo, baseado na documentação que solicitou à Câmara, concluindo que o mesmo ainda não está encerrado, não só por culpa do Governo mas, também, por razões imputadas à Câmara Municipal, nomeadamente as constantes alterações ao processo, que levaram à apresentação, por parte



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

da empresa responsável pela elaboração do mesmo, de trabalhos a mais no valor de vinte mil euros (€ 20.000,00). Concluindo, o Senhor Deputado reconhece haver Comissões que não respondem de uma forma célere, como seria do agrado do Senhor Presidente da Câmara, no entanto, diz que o Senhor Presidente também deve assumir as suas responsabilidades, no atraso do processo, não imputando o ónus, em exclusivo, ao Governo ou suas instituições.-----

----- Para resposta, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por fazer uma resenha explicativa, referindo que facilmente se demonstra a inoperância das diversas entidades que têm de se pronunciar quanto ao processo de revisão do PDM, e que causou todo o atraso no referido processo, destacando o facto de, inclusivamente, se ter deslocado a Lisboa, ao Instituto de Conservação da Natureza, para participar numa reunião agendada para o efeito, não tendo comparecido os representantes da CCDR Centro. Concluindo, reforçou o facto de o atraso no processo de revisão ser, efectivamente, da responsabilidade do Governo e suas entidades, tendo em conta todas as razões apresentadas.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia referiu ter sido apresentado um requerimento, por parte do Grupo Municipal do PSD, solicitando o prolongamento dos trabalhos no período de antes da ordem do dia por mais trinta minutos, conforme o estipulado no regimento, o qual, depois de votado, foi aprovado por maioria, com trinta e dois votos a favor, uma abstenção e zero votos contra.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Pereira, tendo o mesmo esclarecido o Senhor Presidente da Câmara de que, efectivamente, o PS Anadia utilizou o Clube de Ancas, para apresentação dos candidatos às Eleições Autárquicas, tendo o partido pago essa utilização, de acordo com o previsto na Lei de Financiamento dos Partidos.-----

----- Foi dada, de seguida, a palavra à Senhora Deputada Áurea Mendes, que começou por referir compreender a preocupação dos Senhores Deputados Sérgio Aidos e Luís Santos, no entanto, esclareceu que os utentes não serão prejudicados, na medida em que se poderão deslocar a uma consulta do seu médico, num horário pós-laboral, entre as dezoito horas e as vinte horas. Esclareceu, ainda, que neste horário, os utentes poderão efectuar requisições de meios complementares de diagnóstico, o que não será possível no Serviço de Atendimento Permanente (SAP), que funcionará até às vinte e duas horas.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu, então, a palavra ao Senhor Deputado Orlando Silveira, que começou por referir que gostaria de proferir algumas palavras relativamente às duas situações aludidas, principalmente porque, como membro cessante da Assembleia de Freguesia de Sangalhos, viveu pessoalmente as preocupações da população aquando da implantação da sub-estação do Paraimo. Referiu, também, estar preocupado com essas duas situações, ainda que estejam em fase de estudo, e sobre as quais é de opinião que se deve manifestar repúdio. Por último, disse ser importante que as populações sejam devidamente esclarecidas das implicações das referidas medidas, concluindo estar em sintonia com as



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

preocupações apresentadas pelos diferentes grupos municipais. Aludiu ainda, à carga política constante no texto das referidas moções, que considerou acessória, quando estava em causa a união de todas as sensibilidades em torno destas questões.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para prestar um esclarecimento ao Senhor Deputado Álvaro Pereira, relativamente à utilização do Clube de Ancas pelo PS, referindo não duvidar que tenha sido efectuado o pagamento dessa utilização, mas apenas aproveitar a oportunidade da crítica, uma vez que alguns elementos da direcção do clube eram candidatos à Junta de Freguesia de Ancas. -----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Aidos, para convidar os Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS a subscrever as duas moções apresentadas.-----

----- Foi, então, dada a palavra ao Senhor Deputado João Morais, que referiu estar solidário com as preocupações relativamente à precariedade dos serviços de saúde que querem impor à Freguesia de Sangalhos. Continuando, referiu considerar que a política economicista praticada pelo Governo na área da saúde dá origem a uma má qualidade nos serviços prestados. Desta forma, e para concluir, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara se digne diligenciar no sentido de lhe ser facultada uma listagem do último semestre de dois mil e cinco e dos dois primeiros meses de dois mil e seis, comprovativa do número de utentes atendidos no referido horário, tendo em conta as palavras proferidas pela Senhora Deputada Áurea Mendes.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, para exercer o direito de defesa, entretanto solicitado pelo mesmo.-----

----- O Senhor Deputado Luís Santos informou que a actual Extensão de Saúde de Sangalhos foi inaugurada como Centro de Saúde de Sangalhos, pela Senhora Ministra da Saúde da altura – Dra. Maria de Belém - tendo sido desta forma, destituído da sua designação inicial. Continuando, referiu que iria solicitar ao responsável por aquela Unidade de Saúde, esclarecimentos relativamente ao equipamento que nunca chegou a ser desempacotado, pelo facto da mesma ter sofrido tal desvalorização na sua classificação. Dirigindo-se ao Senhor Deputado Orlando Silveira, o Senhor Deputado Luís Santos, referiu que o PS está mencionado nas duas moções porque tudo isto aconteceu no mandato do Governo do Engenheiro Guterres, e no actual. Esclarecendo a Senhora Deputada Áurea Mendes, o Senhor Deputado afirmou que a alteração no horário de funcionamento da Unidade de Saúde será das vinte e quatro para as vinte horas e não das vinte e quatro para as vinte e duas horas, como foi referido pela Senhora Deputada, a menos que tenha alguma informação que ainda não seja do conhecimento público. Para terminar, disse lamentar o facto da moção relativa ao encerramento do Posto da GNR de Sangalhos não ter sido motivo de qualquer discussão.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia passou, então, a ler a moção referente à possibilidade de encerramento do Posto da GNR de Sangalhos, subscrita por diversos deputados de vários grupos municipais, nomeadamente do PSD, CDU e CDS/PP, que se dá como transcrita, encontrando-se cópia junto ao livro de actas.-----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Deputado Daniel Meira, tendo este referido que o Grupo Municipal do PS vota a favor das moções, acrescentando, no entanto, que as mesmas só serão subscritas pelo Grupo caso lhes seja retirada a carga política.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado Daniel Meira, o Senhor Deputado Luís Santos, esclareceu não haver qualquer tentativa de exclusão dos Deputados do PS como subscritores da moção, até porque, quando a proposta estava a ser elaborada na Junta de Freguesia de Sangalhos, o Senhor Deputado João Morais, como residente da Freguesia e membro da Assembleia de Freguesia, participou na sua elaboração. Acrescentou, ainda, que era intenção do Grupo do PSD convidar os membros do Grupo do PS a assinar esta moção, o que, por lapso, não aconteceu.---

----- O Senhor Presidente da Assembleia passou, então, a ler a segunda moção, relativa à possibilidade de redução do horário do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) da Extensão de Saúde de Sangalhos, subscrita por diversos deputados de vários grupos municipais, nomeadamente do PSD, CDU e CDS/PP, que se dá como transcrita, encontrando-se cópia junto ao livro de actas.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia, depois de ler, colocou a votação a proposta da mesa para dispensa da leitura das actas desde que o texto seja previamente distribuído pelos membros da Assembleia, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com trinta e dois votos a favor e zero votos contra.-----

----- De seguida, foram votadas, isoladamente, as duas moções apresentadas, a primeira relativa à possibilidade de encerramento do Posto da GNR de Sangalhos e a segunda relativa à possibilidade de redução de horário do Serviço de Atendimento Permanente da Unidade de Saúde de Sangalhos, tendo ambas sido aprovadas por maioria, com trinta e um votos a favor, uma abstenção e zero votos contra.-----

----- Encerrado o período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia deu início à ao primeiro ponto da ordem de trabalhos , passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente da Câmara referiu, apenas, que esta informação é presente à Assembleia Municipal, em cumprimento do previsto no Regimento, num período de alguma indefinição, apresentado, de forma exaustiva, todo o trabalho realizado pela Câmara Municipal, ainda que algo possa falhar.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia abriu, assim, o período de discussão do primeiro ponto, passando a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Pereira que questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a possibilidade de intervenção no caminho de Torres até ao Alto do Santo, uma vez que as máquinas se encontram perto, para proceder à beneficiação do caminho agrícola do Alto do Montinho até à Pedreira de Vilarinho.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Morais, que começou por interpelar o Senhor Presidente da Câmara sobre a data prevista para ligação da estação elevatória na Rua da Prosperidade, na Fogueira, e para conclusão do saneamento em Sangalhos, mais concretamente na Rua do Pedregal. Continuando, passou a falar da acção





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

social, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara uma fiscalização mais rigorosa no transporte escolar de crianças, a fim de prevenir eventuais acidentes. Para concluir, falou da área do turismo, sugerindo que, sendo o Concelho de Anadia dotado de uma área termal substancial, o Senhor Presidente da Câmara poderia envidar esforços no sentido de, junto da REFER, solicitar a paragem do comboio inter-cidades, uma vez por dia, com o itinerário norte-sul e inverso, com vista ao desenvolvimento turístico do concelho, criando, inclusive, um roteiro turístico que incluísse essas paragens.-----

----- No seguimento, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por responder ao Senhor Deputado Álvaro Pereira, garantindo-lhe que o caminho do Alto do Montinho à Pedreira de Vilarinho ficará totalmente alcatroado, a expensas do orçamento da Câmara Municipal, caso a obra de beneficiação não seja subsidiada.-----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado João Morais, pela ordem das questões apresentadas, o Senhor Presidente da Câmara informou-o de que, relativamente à estação elevatória da Fogueira, a sua entrada em funcionamento está apenas dependente do visto da CERTIEL. Quanto ao saneamento, referiu haver situações pontuais que basta pedir a ligação, uma vez que a rede não estará longe, outras haverá, no entanto, em que existe falta de espaços de rede e que a Câmara, a seu tempo, tentará resolver. Acrescentou, ainda, que agradece as sugestões relativas aos transportes escolares, garantindo ao Senhor Deputado que a Câmara está e continuará a estar atenta às questões da segurança. Quanto à questão do desenvolvimento turístico, o Senhor Presidente da Câmara informou que a Câmara tem estado a trabalhar nessa área, não propriamente em termos de roteiro, ainda que possa ser motivo de ponderação futura, mas tem feito algumas diligências junto da REFER, no sentido de conseguir que essa paragem aconteça na Estação da Curia, agradecendo, novamente, a sugestão do Senhor Deputado João Morais.-----

----- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a discussão do primeiro ponto da ordem de trabalhos, iniciando o segundo ponto da ordem de trabalhos, dando de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação do mesmo, que referiu que esta prática já era utilizada pelo seu antecessor e lembrou que o Presidente da Câmara tem competência, de acordo com a Lei, para realizar obras por administração directa até ao montante de trinta mil contos (30.000 contos), explicando, no entanto, que esse montante não dá capacidade suficiente para executar eficazmente o programa de administração directa que a Câmara tem. Acrescentou, ainda, que pode ser colocada a questão, do motivo de realizar obras por administração directa e não por empreitada, explicando que a Câmara pode correr riscos quando realiza obras por empreitada, uma vez que, de acordo com a Lei, poderá haver lugar a indemnizações, caso seja necessário, pelo que considera que deve haver algum cuidado com esse tipo de situações. O Senhor Presidente da Câmara explicou, no entanto, que a Câmara é ambiciosa, pelo que faz obras por administração directa porque tem equipamento, técnicos competentes e pessoal com capacidade para as realizar. O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda que, com este tipo de





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

prática, a Câmara inicia as obras e, em qualquer altura, as mesmas podem ser interrompidas se, entretanto, conseguir uma aprovação, ou com fundos comunitários ou com o apoio do Governo, lançando a concurso a restante execução. O Senhor Presidente da Câmara apresentou, então, um cenário possível de acontecer. O caso dessa aprovação não ser concretizada, ficará a Câmara limitada com a possibilidade de realizar obras até ao montante de, apenas, trinta mil contos (30.000 contos), quando existem obras que ascendem a esse valor, as quais, assim sendo, levariam anos a serem concluídas porque em cada ano o limite seria os trinta mil contos (30.000 contos). Referiu, também, que esta é uma forma legal e ao mesmo tempo facilitadora de execução de obras por administração directa, porque pode acontecer que um empreiteiro entre em falência e, desta maneira, a Câmara poderá concluir a obra que esse empreiteiro estaria a executar. Para concluir, o Senhor Presidente da Câmara explicou que esta medida não tem qualquer carga política mas, unicamente, a defesa do interesse municipal e o objectivo de agilizar os procedimentos em termos de realização de obras por administração directa na Câmara Municipal.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Daniel Meira, que começou por referir que os membros do PS conhecem as dificuldades de realizar algumas obras, dificuldades essas provocadas pelo Tribunal de Contas e, também, de algumas exigências dos empreiteiros. Contudo, acrescentou que o sentido de voto da bancada do Partido Socialista é o da abstenção, referindo que a experiência tem dito que, por vezes, as obras não são suficientemente esclarecidas, dependem mais de uma vontade, senão pessoal, enfim, de alguma maioria sustentada e, portanto, apenas e só nessa base, entendendo perfeitamente as dificuldades.-----

----- Interveio, de seguida, o Senhor Deputado João Morais, que referiu que o sentido de voto da bancada da CDU é o da abstenção, solicitando, no entanto, ao Senhor Presidente da Câmara que as obras sejam realizadas com mais qualidade porque, em obras realizadas por administração directa, quando se gasta algum dinheiro e elas não são bem feitas, volta-se a gastar dinheiro, até mais do que uma vez, o que as torna mais caras do que sendo realizadas por empreiteiros, aproveitando a ocasião para se afirmar solidário para com os empreiteiros que, actualmente, têm sentido dificuldade em arranjar trabalho.-----

----- Foi, então, dada a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, que começou por referir que a bancada do PSD compreende as preocupações e os anseios da Câmara Municipal, ainda que também compreenda as preocupações dos empreiteiros mas, tendo em conta que a Autarquia tem um quadro de pessoal e de máquinas que necessita de rentabilizar, a bancada entende que esta proposta tem toda a viabilidade, pelo que votará favoravelmente. Acrescentou, ainda, ser também do entendimento da bancada que, independentemente de existirem obras que numa primeira fase poderão não ficar concluídas, porque têm necessidade de alguns ajustes, consideram que muitas obras que têm sido realizadas no Concelho de Anadia, não o teriam sido se não por administração directa, uma vez que a Câmara não teria tido, provavelmente, capacidade financeira para as lançar a concurso e para as poder executar. Terminando, referiu que para além do parque humano e de obras realizadas que a Câmara tem, a bancada do PSD



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

continua a dar o seu aval positivo ao quadro técnico da Câmara Municipal para a elaboração dos projectos que pretende apresentar.-----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que começou por dizer ser compreensível que o PS se abstenha, até porque vem na sequência do que aconteceu em reunião de Câmara. Comentando as afirmações relativas à solidariedade para com os empreiteiros, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a Câmara, ao contrário do que se pensa, tem mais obras realizadas por empreitada do que por administração directa, porque, felizmente, os fundos têm funcionado. No entanto, referiu que está mais solidário com os empregados que ganham sempre o mesmo, do que propriamente com os empreiteiros porque o que se passa nas empreitadas é que aparecem, quase sempre, trabalhos a mais e a menos, imprevistos e, por vezes, revisões de preços que chegam quase a atingir o preço da obra. Continuando, referiu haver muitas Câmaras que, por vezes, chegam a pagar obras duplamente, o que não se verifica na Câmara de Anadia, que tem realizado muitas obras e mantém algum desfogo financeiro, isso porque disputa com os empreiteiros a sua capacidade de realização, uma vez que eles sabem que a Câmara não ficará parada se eles não concorrerem. Para concluir, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a Câmara só gastará o que tiver para gastar, de acordo com os objectivos traçados, e o que o orçamento permitir.-----

----- Concluída a discussão do pedido de autorização para realização de obras por administração directa até € 750.000, o mesmo foi votado, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e sete votos a favor, cinco abstenções e zero votos contra.-----

----- Foi, entretanto, apresentada à mesa pelo Senhor Deputado Daniel Meira uma declaração de voto, que se dá como transcrita e que se encontra anexa ao livro de actas.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia passou a apresentar o terceiro ponto da ordem de trabalhos esclarecendo que esta e as seguintes eleições terão de ser processadas por voto secreto, uma vez que está em causa a eleição de pessoas, informando existirem duas propostas na mesa para a primeira eleição. A proposta A, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, que propõe a Deputada Jaquelina Soares dos Santos, e a proposta B, do Grupo Municipal do PS, que propõe a Deputada Áurea Oliveira Mendes. Concluída a votação e a respectiva contagem dos votos, verificou-se que a proposta A recolheu vinte e quatro votos, a proposta B seis votos, tendo havido dois votos em branco. Pelo que foi eleita, para integrar o Conselho Consultivo do Hospital José Luciano de Castro de Anadia, a Deputada Jaquelina Soares dos Santos.-----

----- Passando a apresentar o quarto ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia informou que foram presentes à mesa duas propostas, uma do Grupo Municipal do PSD, a proposta A, que indica para a Comissão Municipal o Senhor Deputado Leonildo Moreira da Silva Macedo, e outra do Grupo Municipal do PS, a proposta B, na qual é indicado o Senhor Deputado Daniel José Pinto Meira. Concluída a votação e a respectiva contagem dos votos, verificou-se que a proposta A recolheu vinte e cinco votos e a proposta B seis votos, não tendo havido votos em branco, pelo que foi eleito, para integrar a Comissão Municipal que estabelece o Regime de autorização a que estão sujeitas a instalação e a modificação de estabelecimentos



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

de comércio a retalho e de comércio por grosso, em livre serviço, e a instalação de conjuntos comerciais, o Senhor Deputado Leonildo Moreira da Silva Macedo.-----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia passou a apresentar o quinto ponto da ordem de trabalhos informando que foram presentes à mesa duas propostas, uma do Grupo Municipal do PSD, a proposta A, que indica para o Conselho Municipal de Educação o Senhor Deputado Arménio de Almeida Cerca, e outra do Grupo Municipal do PS, a proposta B, na qual é indicado o Senhor Deputado José Maria de Almeida Ribeiro. Concluída a votação e a respectiva contagem dos votos, verificou-se que a proposta A recolheu vinte e quatro votos e a proposta B seis votos, não tendo havido votos em branco, pelo que foi eleito, para integrar o Conselho Municipal de Educação, o Deputado Arménio de Almeida Cerca.-----

----- Apresentando o sexto ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente informou que foram presentes à mesa duas propostas, uma do Grupo Municipal do PSD, a proposta A, que indica para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal o Senhor Deputado Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues, e outra do Grupo Municipal do PS, a proposta B, na qual é indicado o Senhor Telmo Moreira Gomes, autarca de Freguesia de Vilarinho do Bairro. Concluída a votação e a respectiva contagem dos votos, o Senhor Presidente da Assembleia anunciou que a proposta A recolheu vinte e quatro votos e a proposta B seis votos, não tendo havido votos em branco. Pelo que foi eleito, para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, o Senhor Deputado Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia passou a apresentar o sétimo e último ponto da ordem de trabalhos informando que foi presente à mesa uma única proposta, do Grupo Municipal do PSD, indicando para a Assembleia Distrital o Senhor Deputado Armando Henriques Pereira. Concluída a votação e a respectiva contagem dos votos, verificou-se que a referida proposta foi aprovada, com dezassete votos a favor e treze votos em branco, pelo que foi eleito, para integrar a Assembleia Distrital, em representação dos seus pares, o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, Armando Henriques Pereira.-----

----- Na sequência das votações, o Senhor Presidente da Assembleia informou que foi apresentada na mesa uma proposta do Grupo Municipal do PSD para aprovação em minuta do ponto dois da ordem de trabalhos, a qual foi votada e aprovada por unanimidade, com vinte e oito votos a favor. Finda a última votação, deu por terminados os pontos da ordem do dia, abrindo, assim, o período depois da ordem do dia, para o qual não houve qualquer pedido de intervenção por parte do público presente.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, quando eram dezanove e quarenta e cinco minutos, da qual, para contar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da mesa.-----

O Presidente -



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

A Primeira Secretária -

O Segundo Secretário -

